



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

PORTARIA Nº 006/2024
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

Considerando a denúncia encaminhada ao Ministério Público de Contas sobre o suposto desvio de dinheiro público no Município de Belo Vale;

Considerando a necessidade de apurar se há medidas de controle externo a serem adotadas no âmbito do Ministério Público de Contas e do Tribunal de Contas quanto à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

Considerando que se sujeitam à jurisdição do Tribunal a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores municipais ou pelos quais responda o Município, bem como aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário municipal;

Considerando a necessidade de complementar a instrução do processo, como forma de preparação para a atuação do órgão ministerial na tutela do interesse público;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, inciso VI, da Constituição da República; 67, inciso I, alínea b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 4º, inciso II, e §2º, da Resolução MPC-MG nº 14/ 2019¹;

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar as medidas adotadas pelo Município de Belo Vale sobre o suposto desvio de dinheiro público denunciado.

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 12 de julho de 2024.

DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES
Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais

¹Art. 4º - Realizado o juízo positivo de admissibilidade, o Procurador do Ministério Público de Contas poderá:

II – instaurar Inquérito Civil – IC;

§2º - O IC será instaurado para apurar fato que possa autorizar a atuação do Ministério Público de Contas na tutela dos direitos e interesses concernentes à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública estadual e municipal, servindo como preparação para o exercício de suas atribuições perante o Tribunal de Contas.